

# *A Presença Indígena na Fitotoponímia da Região Sul de Mato Grosso do Sul*

Marilze TAVARES

Faculdade de Ciências Administrativas de Ponta Porã – FAP

Aparecida Negri ISQUERDO

Universidade Estadual de Londrina/CNPq

**Resumo:** Este trabalho discute a questão da influência indígena na toponímia sul-mato-grossense, a partir do exame da *fitotoponímia* – topônimos de índole vegetal – dos municípios localizados no Sul do Estado de Mato Grosso do Sul, região que ainda concentra um grande contingente de povos indígenas. O estudo centra-se na questão da etimologia dos designativos, destacando o índice de ocorrências de nomes indígenas nessa categoria de topônimos e a importância do estudo dos nomes de lugares como resgate de particularidades regionais.

**Palavras-chave:** léxico, toponímia, etimologia, interferência indígena, fitotoponímia.

**Abstract:** This study discusses the issue of the indigenous influence on the toponymy in the state of Mato Grosso do Sul, starting from an exam in the *phytotoponymy* - toponyms of vegetal origin - in the municipalities located in the south of the above state, a region that still concentrates a vast contingent of indigenous peoples. Such study is centred in the matter related to the etymology of designatives, highlighting the number of occurrences of indigenous names in this category of toponyms and the importance of studying the place-names for retrieving regional particularities.

**Key words:** lexicon, toponymy, etymology, indigeous interference, phytotoponymy.

**Resumen:** Este trabajo plantea la cuestión de la influencia indígena en la toponimia del sur del estado de “Mato Grosso do Sul”, a partir del examen de la fitotoponímia – topónimos de índole vegetal – de los municipios que se ubican en dicha región, que todavía concentra un

gran contingente de grupos indígenas. El estudio se centra en la cuestión de la etimología de los designativos, destacando el índice de ocurrencias de nombres indígenas en esta categoría de topónimos y la importancia del estudio de los nombres de lugares como rescate de particularidades regionales.

**Palabras-clave:** léxico, toponimia, etimología, interferencia indígena, fitotoponimia.

## **Introdução**

Para se organizar no meio em que vive, o homem nomeia o ambiente físico e social que o cerca, sendo essa organização uma condição necessária para a sua sobrevivência. Esse processo de nomeação ocorre em qualquer sociedade humana e, em se tratando da realidade brasileira, por razões históricas, o denominador utiliza quase sempre palavras de base lusitana para nomear o espaço que o circunda.

Quando os acidentes geográficos são nomeados, as palavras que originalmente integram o acervo lexical da língua passam à categoria de topônimos, ou seja, configuram-se como signos lingüísticos enriquecidos em razão de sua função toponímica. Nesse processo de nomeação, o denominador vale-se de unidades léxicas de uso comum na língua e, ao utilizá-las para designar referentes do espaço físico ou humano, imprime-lhes um estatuto de nome próprio. Assim, por serem itens lexicais especiais, à medida que recuperam aspectos do ambiente físico e cultural em que os acidentes nomeados estão inseridos, os topônimos são objetos de estudo de uma ciência específica, a Toponímia, ramo de estudo da Onomástica que se insere numa ciência mais ampla que se ocupa do estudo científico da palavra, a Lexicologia.

No âmbito da toponímia brasileira, além da herança lusitana, observa-se a manifestação de influências das diferentes línguas indígenas brasileiras e de países hispano-americanos, sobretudo nas áreas fronteiriças, daí a importância dos estudos toponímicos como forma de conhecimento da realidade cultural, histórica e lingüística de uma região.

Essa dimensão dos estudos toponímicos justifica a expansão das pesquisas na área em diferentes universidades brasileiras.

O projeto do Atlas Toponímico do Brasil (ATB),<sup>1</sup> em desenvolvimento na Universidade de São Paulo, sob a coordenação da Professora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, tem motivado outros projetos que se configuram como variantes regionais desse projeto mais amplo, como o do Atlas Toponímico do Estado de São Paulo (ATESP), do Atlas Toponímico de Mato Grosso do Sul (ATEMS), do Atlas Toponímico de Minas Gerais (ATEMG), dentre outros. A par desses projetos, deve ser mencionado o do Atlas Toponímico do Paraná (ATEPAR), já concluído em sua primeira fase - levantamento e classificação dos topônimos de todos os municípios paranaenses e organização de uma base de dados, já disponibilizada para outras pesquisas.

Este trabalho focaliza um recorte da toponímia do Estado de Mato Grosso do Sul, centrando-se na análise de designativos de índole vegetal de base indígena que nomeiam acidentes físicos e humanos de municípios localizados no Sul do Estado, região que atualmente concentra a maior população indígena do Estado. Os dados aqui examinados são oriundos de uma pesquisa mais ampla que investigou 920 topônimos de 36 municípios, alguns localizados próximo à fronteira com o Paraguai.<sup>2</sup> O *corpus* objeto desse estudo foi obtido por meio de consulta a cartas topográficas do IBGE (1987) e analisado com base no modelo teórico-metodológico proposto por Dick (1990; 1992) que prevê a classificação dos topônimos em vinte e sete categorias – 11 de natureza antropocultural (antropotopônimos, sociotopônimos, hagiotopônimos...) e 16 de natureza física (fitotopônimos, hidrotopônimos, zootopônimos...).

A pesquisa documentou um percentual significativo de topônimos de base indígena (37% do total dos dados analisados), fato justificável tanto pela concentração de povos indígenas nos municípios

---

<sup>1</sup> O grupo de pesquisa *Projeto ATB – Atlas Toponímico do Brasil: parte geral e variantes regionais*, cadastrado no Diretório de Pesquisa do CNPq, ilustra o exposto.

<sup>2</sup> Referimo-nos à dissertação de Mestrado *Toponímia sul-mato-grossense: um caminhar pelas microrregiões de Dourados, de Iguatemi e de Nova Andradina*, de Marilze Tavares, orientada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Aparecida Negri Isquerdo, e defendida no ano de 2004, no Programa de Mestrado em Letras da UFMS.

estudados quanto pela situação de fronteira da região investigada com o Paraguai, onde o guarani é língua oficial. Este trabalho examina os topônimos de origem indígena ou que contenha pelo menos um formante de base indígena que se enquadram na categoria dos *fitotopônimos* – nomes de índole vegetal –, a mais recorrente do *corpus* da pesquisa.

### 1 Mato Grosso do Sul: a Presença Indígena

Atualmente, Mato Grosso do Sul possui a segunda maior população indígena do País e isto é um privilégio, se considerarmos a diversidade cultural que as diferentes etnias ali representadas procuram preservar. De acordo com Cabral (2002, p. 33), apesar da população indígena do Estado ser grande, é reduzido o número das etnias. São cinco os povos oficialmente reconhecidos – Guató, Kadwéu, Terena, Guarani/Kaiowá e Ofaié – e três que ainda não obtiveram reconhecimento oficial – os Kamba, os Kinikinau e os Atikun. Cada um desses povos traz bagagens diferenciadas, seja pelo repertório de sua cultura, seja por suas histórias; são diferentes, no que se refere ao grau de integração à sociedade e quanto às respostas construídas para enfrentarem as agressões do colonizador. Todavia, um fator aproxima todos esses grupos: a situação de contato em que vivem.

Cabral (2002, p. 50) registra ainda que o grupo Guarani/Kaiwá é o mais numeroso no Mato Grosso do Sul, com uma população superior a 28.000 pessoas, representando cerca de 50% do total de indígenas do Estado. Ocupam um grande território, com áreas que se estendem por dezesseis municípios, distribuídos por dezenove aldeias. Segundo Martins (2002, p. 43), a maioria dos índios guarani vive em terras indígenas legalizadas, principalmente nos municípios de Dourados, de Amambai, de Caarapó, mas milhares desses ainda lutam na justiça pela posse definitiva das suas terras. O Quadro 1, a seguir, fornece um panorama da distribuição dos topônimos de língua indígena estudados por Tavares, M. (2004) por município e ilustra o exposto sobre a concentração de povos indígenas na área investigada.

**Quadro 1** – Distribuição dos topônimos de origem indígena por município

Municípios	Total de Topônimos	Total de topônimos de origem indígena	Área indígena no município
Amambai	52	34	sim
Anaurilândia	15	02	-
Angélica	16	06	sim
Antonio João	22	04	sim
Aral Moreira	26	08	sim
Bataguassu	19	06	-
Batayporã	20	06	-
Caarapó	35	15	sim
Coronel Sapucaia	19	12	sim
Deodápolis	16	03	-
Douradina	08	02	sim
Dourados	68	17	sim
Eldorado	16	08	sim
Fátima do Sul	13	01	-
Glória de Dourados	13	06	-
Iguatemi	36	24	sim
Itaporã	25	13	-
Ivinhema	21	05	-
Japorã	19	10	sim
Jateí	19	11	-
Juti	26	07	-
Laguna Carapã	39	17	sim
Maracaju	39	07	sim
Mundo Novo	12	04	-

Naviraí	39	22	-
Nova Alvorada	38	06	-
Nova Andradina	31	07	-
Novo Horizonte	13	06	-
Paranhos	32	17	sim
Ponta Porã	58	11	sim
Rio Brilhante	64	11	sim
Sete Quedas	12	07	sim
Tacuru	19	15	sim
Taquarussu	12	06	-
Vicentina	08	01	-
<b>Total de topônimos</b>	<b>920</b>	<b>339</b>	

Fonte: TAVARES, M. (2004, p.163-164).

## 2 Marcas Indígenas na *Fitotoponímia* de Mato Grosso do Sul

Os resultados de pesquisas sobre a toponímia de Mato Grosso do Sul já concluídas<sup>3</sup> demonstraram que os vegetais constituem a fonte de maior inspiração para a nomeação de acidentes geográficos, o que confirma uma tendência nacional da toponímia brasileira, justificada pela indiscutível importância dos vegetais para o homem, para os animais, para a terra.

Nesse particular, A. J. de Sampaio (apud DICK, 1990, p. 146) reconhece que

todo mundo conhece numerosas plantas úteis, campestres e florestais; geralmente se compreende o papel protetor das florestas para os mananciais; não há quem desconheça a utilidade de uma árvore frutífera, ornamental ou de sombra.

<sup>3</sup> Ver trabalhos de Schneider (2002), Dargel (2003), Gonsalves (2004) e Tavares, M. C. (2005) a respeito da toponímia sul-mato-grossense, produzidas como dissertação de mestrado no Programa de Mestrado em Letras da UFMS, vinculados ao Projeto do Atlas Toponímico de Mato Grosso do Sul – ATEMS.

No âmbito de Mato Grosso do Sul, exceto na microrregião do Pantanal, onde a pesquisa de Schneider (2002) – *Um olhar sobre os caminhos do pantanal sul-mato-grossense: a toponímia dos acidentes físicos* – documentou a categoria dos *zootopônimos* como a mais produtiva, ficando em segundo lugar os *fitotopônimos*, embora com índices muito próximos de ocorrência, respectivamente 17,32% e 13,73%, a categoria dos *fitotopônimos* alçou o primeiro lugar quanto aos índices de ocorrências. Na pesquisa de Dargel (2003) – *Entre buritis e veredas: o desvendar da toponímia do Bolsão sul-mato-grossense* – alcançou o índice de 15,36%; o estudo de Gonsalves (2004) – *Um estudo da toponímia da porção sudoeste de Mato Grosso do Sul: acidentes físicos e humanos* – documentou 19,19% da categoria em questão, enquanto o de Tavares, M. C. (2005) – *Estudo toponímico da região centro-norte de Mato Grosso do Sul: o desvendar de uma história* – registrou 14,26% de topônimos de índole vegetal.

A pesquisa de Tavares, M. (2004) também confirmou essa tendência da toponímia sul-mato-grossense, uma vez que os *fitotopônimos* atingiram um percentual de 19,4%, conferindo a essa categoria o *status* de primeiro lugar de ocorrências. Do total de 164 fitotopônimos, 87 refletem a presença da cultura indígena na formação do topônimo, ou seja, 53% têm etimologia indígena.

Todavia, vale ressaltar que, desses nomes de base indígena, muitos são comuns em todo o Brasil e já estão incorporados ao léxico da língua portuguesa. Por isso, as unidades que deram origem a topônimos como **Buriti**, **Guanandi**, **Ipê**, **Jabuticaba** e **Peroba** estão registradas nos dicionários mais conhecidos de nossa língua. Já designativos como **Caarapó**, **Nhu-Verá**, **Nhu-Guassu**, **Ibirá-Petim** e **Panduí**, dentre outros, configuram-se como itens lexicais ainda não incorporados à língua portuguesa e, portanto, não registrados em dicionários do nosso idioma.

A respeito da questão da interferência da língua indígena na toponímia brasileira, destacamos as palavras de Sampaio, T. (1987, p. 144), sobre a motivação originária da vegetação nos nomes geográficos:

Numa região, como o Brasil, onde a vegetação exuberada, variada e intensa, em vastíssimas zonas, a denominação dos lugares de procedência indígena deve, de contínuo, traduzir a feição local do

ponto de vista da sua vestimenta vegetal, ou pelas espécies características. A Geografia aqui reflete, nas denominações de lugares, a característica vegetal de cada uma. Não é, pois, de estranhar-se o freqüente emprego de nomes de plantas, árvores, para indicar um rio, um banhado, um vale, um povoado, uma serra, um acidente geográfico qualquer.

A etimologia das unidades lexicais elevadas à categoria de topônimos foi buscada em cinco obras lexicográficas: *Dicionário Aurélio – Século XXI* (versão eletrônica), de Ferreira (1999) – DAE; *Dicionário Eletrônico Houaiss da língua portuguesa*, de Houaiss (2001) – DEHLP; *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*, de Cunha (1998); *Diccionario castellano-guarani; guarani-castellano*, de Guasch; Ortiz (1998) e *O tupi na geografia nacional*, de Sampaio, T. (1987). Vale ressaltar que, além dessas obras que foram consultadas sistematicamente, outras também foram utilizadas como fonte de consulta, como a de Mario Arnaud Sampaio (1986) e a de Silveira Bueno (1982).

No Quadro 2, na seqüência, é possível verificar a situação dos topônimos de etimologia indígena estudados, em termos de registro nos dois dicionários de língua portuguesa, sistematicamente consultados – Ferreira (1999) e Houaiss (2001).

**Quadro 2** – Fitotopônimos indígenas já incorporados ao léxico da Língua Portuguesa

Topônimo*	Tipo de acidente/localidade <sup>4</sup>	DAE	DEHLP	Etimologia**
Bacuri	AF – MA	x	x	iwaku'ri
Buriti (2)	AF – AJ, BG	x	x	mbiri'ti
Cipó	AF – MA	x	x	isi'po
Curupá (2)	AF – JT, NA	-	x	kurupa'i
Guanandi	AF – DDO	x	x	igawana'ndi
Guararema	AF – NAS	x	x	ibirarema
Guariroba	AF – DDO, IT, PP	x	x	gwari'rowa
Ingá	AF – IG	x	x	i'nga
Ipê	AF – DDO	x	x	i'pe
Jatobá (2)	AF – DDO, NAM	x	x	yeti'wa
Jenipapo	AF – PP	x	x	yandi'pawa
Juqueri	AF – NHS	-	x	yuki'ry
Jurema	AF – RB	x	x	yu'rema
Pariri	AF – AM	x	x	pari'ri
Peroba (5)	AF – DDO, IT, JT, MA, RB	x	x	ipe'rowa
Pindaíba	AF – BG, NAM	x	x	pinda'iwa
Pindó	AF – AM	x	x	pi'ndowa
Samambaia (3)	AF – NAM, PB, PP	x	x	ham a'mbae

<sup>4</sup> As abreviaturas usadas nessa coluna, bem como em todo o texto, têm as seguintes traduções: **AF** – acidente físico; **AH** – acidente humano; **AM** – Amambai; **AJ** – Antonio João; **BG** – Bataguassu; **BP** – Batayporã; **CA** – Caarapó; **DDO** – Dourados; **IG** – Iguatemi; **IT** – Itaporã; **JT** – Jateí; **JU** – Juti; **MA** – Maracaju; **NA** – Naviraí; **NAS** – Nova Alvorada do Sul; **NAM** – Nova Andradina; **NHS** – Novo Horizonte do Sul; **PA** – Paranhos; **PP** – Ponta Porã; **RB** – Rio Brillhante.

Sapé (3)	AH – DDO, AF – NAS, RB	x	x	yasa'pe
Taquara	AF – CA, IT, JU	x	x	ta'kwara
Taquaral	AF – DDO	x	x	ta'kwara +al
Taquari	AF – RB	x	x	ta'kwara + i
Taquarussu	AH – TAQ, AF – MA, NAS	x	x	ta'kwara + u'su
Timbaúva	AF – PA	x	x	timbo'iwa
Turumã	AF – NA	-	x	taru'mã

\* - O número entre parênteses indica a quantidade de ocorrências do topônimo no *corpus*;

\*\* - Etimologia conforme o DEHLP.

Já o Quadro 3, a seguir, apresenta os *fitotopônimos* de origem indígena que ainda não estão registrados nos dicionários de língua portuguesa consultados para este estudo.

**Quadro 3** – Fitotopônimos indígenas ainda não incorporados ao léxico da Língua Portuguesa

Topônimo	Tipo de acidente/ localidade	Topônimo	Tipo de acidente/ localidade
Aguapeí (4)	AF – NA, TA	Jacori	AF – AM
Amambai (7)	AH – AM; AF – AM, ARM, CA, CS, JU, LC, NA	Jarí (2)	AF – IG
Bocajá (3)	AH – DOU; AF – JU, LC	Jogui (7)	AF – CS, IG, TA
Caarapó (2)	AH – CA; AF – CA	Juarí (2)	AF – IG

Cafeporã	AH – CA	Laranjaí (3)	AF – AJ, JU, NA, NAM
Capcy	AH – PP	Laranjaízinho	AF – NAM
Caverá (2)	AF – SQ	Nhu-Guaçu (2)	AF – PA
Curutuba	AF – TAQ	Nhu-Verá (2)	AF – CS
Gerivá	AF – NAS	Nhupeí	AF – TA
Guaembeperi (3)	AF – DDO, LC, PP	Panduí	AF – AM, IG
Guavirá (2)	AF – ARM, IG	Perobão	AF – JP
Ibirá Peteim	AF – AM	Taquaperi (3)	AF – CS, PA
Ipezal	AH – ANG	Taquaribe	AF – AM
Ivuá	AF – CS	Xexim	AF – NA

Dentre os topônimos do Quadro 3, nenhum está registrado no dicionário de Cunha (1998) e apenas **Amambai** (*amambái*) e **Nhu-Guaçu** (ñhu *guasú*) constam no dicionário de Guasch e Ortiz (1998). Já Sampaio, T. (1987) registra **Aguapeí** (*aguapehy*), **Caverá** (*caaberá*), de **Ibirá-Peteim** (talvez *y-mbira*), **Juari** (*juary*) e **Nhu-Guaçu** (*nbuguaçu*). Nota-se, pois, que a maioria dos topônimos desse quadro também não está registrada nas demais obras consultadas de forma sistemática (CUNHA, 1998; GUASCH; ORTIZ, 1998), constatação que dificulta a análise desses designativos, justamente por falta de fontes lingüísticas disponíveis.

Conforme podemos observar nos quadros apresentados, foram coletados tanto topônimos de origem indígena que já se encontram registrados nos dicionários comuns de língua portuguesa (Quadro 2), como outros que parecem ser característicos da região do Estado de Mato Grosso do Sul em estudo e talvez específicos da língua guarani falada pelos índios que habitam a área investigada (Quadro 3).

Esses dois grupos merecem ser tratados de maneiras distintas, uma vez que o primeiro pode não denotar especificidade da área pesquisada, tendo em vista que vocábulos como **Ipê**, **Taquara** e **Peroba** podem nomear acidentes geográficos de qualquer parte do

País. Ainda assim, esses topônimos foram incluídos entre os dados examinados neste trabalho, por corroborarem a conclusão de Teodoro Sampaio (1987, p. 68-69) de que o tupi se estendeu por todo o País, porque os índios, primeiros habitantes dessa terra, mesmo já em companhia do colonizador europeu, acabavam nomeando os acidentes geográficos que encontravam em suas expedições com vocábulos da chamada *língua geral*. Assim, o tupi se espalhou por uma grande superfície do País não pela força da própria raça indígena, mas, sobretudo, em razão das expedições dos colonizadores europeus, que adentravam os sertões e difundiam o idioma que também era chamado de *língua geral*. Dessa forma, o português era a língua oficial no Brasil como o espanhol no Paraguai, mas era o tupi o idioma mais usado no País. No que se refere às denominações geográficas, o tupinólogo acrescenta que, mesmo em regiões onde nunca houvera habitado uma tribo da etnia tupi, esse idioma prevaleceu.

No caso da área contemplada pela pesquisa de Tavares, M. (2004), a presença indígena no processo de nomeação parece ser ainda mais evidente, porque grupos indígenas habitaram e habitam ainda hoje a região que abriga os topônimos estudados.

Por serem os designativos visualizados no Quadro 3, provavelmente, mais característicos da região sul do Estado, selecionamos apenas 10 deles para análise: **Aguapeí, Amambai, Caarapó, Caverá, Capey, Nhu-Verá, Nhu-Guassu, Nhupeí, Laranjaí e Laranjaizinho**. Esses topônimos, além de darem mostras da situação das línguas em contato na região de fronteira (português, espanhol e guarani), refletem especificidades da área investigada, no que diz respeito ao ambiente físico e a questões de natureza histórica e econômica. Passemos ao exame desses designativos.

O topônimo **Aguapeí** nomeia córregos em Naviraí e em Tacuru. Os dicionários de língua portuguesa consultados – DAE e DEHLP – não registram a unidade lexical *aguapeí*, mas sim *aguapé*, que é a designação comum a várias plantas flutuantes. Trata-se de uma espécie importante para a natureza, uma vez que tem a função de purificar a água. O topônimo em questão está registrado na obra de Sampaio, T. (1987, p. 192): “*Aguapehy* - aguapé-y, o rio dos guapés”. Há também outra interpretação para o significado desse termo,

fornecida tanto por um dicionário indígena virtual<sup>5</sup> como por algumas fontes orais a que se teve acesso: *Aguapeí* – variante de aguapé pequeno; guapemirim, auapeí e aguapeni; aguapé-i – o aguapé pequeno.

A questão do fonema /i/, que aparece repetidas vezes nos topônimos da região, inclusive em designativos de outras taxas aqui não abordadas, é um tanto complexa devido, sobretudo, às alterações gráficas que vão sofrendo as palavras no decorrer do tempo.

Teodoro Sampaio (1987, p. 90-91), ao resumir a gramática da língua tupi, explica que o grau diminutivo se forma nessa língua com a posposição dos vocábulos *mirim* ou *mini*, ou simplesmente da partícula **y** ou *im*. Para ficarmos com os exemplos que nos interessam neste momento, citamos: *ita* (pedra) – *itay* (pedrinha); *pirá* (peixe) – *piray* (peixinho). O mesmo autor registra ainda: “**Y** s. A água, o líquido; o rio, a corrente [...]. Segundo o tema com que se combina toma as formas: hy, gy, yg, e conforme corruptelas: hu, u, cu” (SAMPAIO, T., 1987, p. 345).

Conforme o mesmo tupinólogo, **Taquary** é o rio das taquaras e **Taquari** a cana pequena ou fina, enquanto **Guapuy** pode ser o pau fino, o cipó. Já Dick (1990, p. 231) interpreta **Tatuí** como o rio dos tatus, e **Capivari** como o rio das capivaras.

O fato é que, se parecem simples para os especialistas em línguas indígenas, o “**i**” e o “**y**” podem trazer dificuldades para os que iniciam no estudo dessas línguas, uma vez que, sob a influência da língua portuguesa, os fonemas se alteram e conseqüentemente ocorrem mudanças no registro gráfico das palavras. Assim, “**i**”, sobretudo em posição final, com ou sem acento gráfico, acaba sendo interpretado ora como água, rio e ora como o indicativo de diminutivo.

Voltando ao topônimo **Aguapeí**, consideramos aqui, para fins de análise, o conteúdo semântico do elemento a que se associa o formante “**i**”, razão pela qual o designativo foi considerado um *fitotopônimo*.

Já o topônimo **Amambai** – e não mais a forma **Amambaí**, como era originalmente grafada – nomeia um município e vários córregos próximos a esse município e se configura como um

---

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://www.dicionarioindigena.com.br>>. Acesso em: 20 out. 2003.

dos mais controversos, quanto a sua origem. Em Sampaio, T. (1987, p. 311) encontramos *Çama-mbai*, termo associado pelo autor à samambaia: “traçado de cordas; cordas entrelaçadas formando parapeito; cordas emaranhadas; alusão à trama confusa dessas plantas sociais, invasoras [...]”. Houaiss (2001), por sua vez, registra ainda a interpretação de Nascentes: “‘*ham a’ ambae*’ ‘o que se torce em espiral’, porque as folhas da planta são enroladas na ponta e se desenrolam à medida que crescem”. Já Guasch e Ortiz (1998, p. 517), a respeito do mesmo item lexical, informam: “amambái: helechos; a roky; los tiernos helechos [...]”<sup>6</sup>; Bueno (1998, p. 558), por seu turno, acrescenta: “Amambay [...] *amã* é radical que significa chuva. É possível que a serra seja chuvosa, dando origem ao rio”.

Se consoante ao que afirma Guiraud (1986, p. 27-28), “todas as palavras são etimologicamente motivadas”, no caso do topônimo **Amambai**, o pesquisador encontra obstáculos para recuperar a motivação inicial, pelo menos considerando as fontes a que se teve acesso. Por ora, adotamos a posição de Sampaio, T. (1987) para a classificação do topônimo em questão na categoria dos fitotopônimos.

Para interpretar o topônimo **Caarapó**, que também designa um município e córregos próximos a ele, recorremos, inicialmente, a Sampaio, T. (1987, p. 196 e 210). De acordo com o autor, *caá* é “a folha, a planta, a erva, o vegetal em geral; a árvore, o mato, o monte, o mate”, e *apó* “a raiz, a base, a fundação”. Também em conversas informais, vários moradores do município que recebe esse nome ratificam a versão de que “*caá*” significa *mato* ou mais exatamente *erva*, e o segundo elemento significa *raiz*. Portanto, a unidade lexical que deu origem ao topônimo teria o significado de “raiz da erva”.

Mesmo com a transparência etimológica de “*caa*” – um formante que, no guarani, significa ervas de maneira geral –, pode-se considerar a hipótese de a escolha do designativo **Caarapó** ter sido motivada pela influência da exploração da erva-mate na fronteira do Brasil com o Paraguai, uma vez que, no final do século XIX e início do século XX, esse município concentrava grandes ervais nativos e sediava

---

<sup>6</sup> Tavares, M. (2004) obteve a seguinte tradução oral desse termo junto a habitantes de Ponta Porã: *brotos, plantas jovens*.

a Companhia Matte Laranjeira, empresa que controlou a exploração de ervais nativos na região de fronteira entre os anos de 1882 a 1924. De acordo com Campestrini e Guimarães (2002, p. 235), o povoado que deu origem ao atual município surgiu em razão dessa empresa, uma vez que o local era ponto de pouso para tropeiros e ervateiros, estes últimos, os para trabalhadores da erva-mate. Trata-se, pois, de mais um dado que corrobora a importância da toponímia como registro de momentos históricos significativos na história de uma localidade.

Já o topônimo **Caverá**, designativo de um córrego do município de Sete Quedas, a exemplo de outros, sofreu alterações morfonêmicas que dificultam a identificação da etimologia da palavra. Entendemos que *Caá-berá* seja a forma original correspondente, considerando que, conforme Teodoro Sampaio (1987, p. 221), essa unidade lexical designa a “folha brilhante ou luzidia, qualidade de mate”. Mario Arnaud Sampaio (1986, p. 177), por seu turno, registra ainda *verá*, na acepção de “resplandecer, brilhar, relampear [...]. *Kaaverá* mata brilhante, resplandecente”. Estaria, assim, esse topônimo também, de certa forma, relacionado à questão da exploração da erva-mate, uma vez que as folhas da planta possuem a característica “brilhante ou luzidia”.

Desse modo, tanto **Caarapó** como **Caverá** confirmam a tese de que o ambiente físico e social se reflete na língua, neste caso específico, no processo de nomeação de acidentes geográficos.

**Cahey**, por sua vez, só pôde ser analisado a partir de dados obtidos por meio de fontes orais e também por analogia a outros vocábulos, o que aumenta o risco de possíveis equívocos. Ainda assim, é necessário arriscar. *Ca-* pode ser *caá-* erva, planta; o fonema final pode estar associado à água, o que nos permite aceitar a interpretação de moradores da região que asseguram que *cahey* é “o nome genérico para as ervas ou plantas que crescem sobre água”.

Sampaio, T. (1987, p. 125), ao discutir as alterações fônicas no tupi que aconteceram sob a influência da língua portuguesa, esclarece que as vogais duplas “aa” e “ii” se contraíram em apenas uma, e hoje dizemos capim, por *caapy* ou *caapii*. Poderia *cahey* ter alguma relação com *caapii*? Ao que parece, considerando as fontes orais, não, mas não há como descartar também essa possibilidade de interpretação para a origem da palavra. Assim, mais uma vez nos reportamos à questão

das alterações que naturalmente acontecem em qualquer língua e podem dificultar a interpretação dos vocábulos, se não houver fontes seguras de registro para subsidiar a pesquisa.

No conjunto dos topônimos de base indígena em exame merecem destaque os designativos **Nhu-Guaçu** (córrego de Paranhos), **Nhu-Verá** (córrego de Coronel Sapucaia) e **Nhupeí** (córrego de Tacuru). De acordo com Sampaio, T. (1987, p. 289), *nhu* significa “o campo, o terreno limpo de seu natural, o prado com vegetação rasteira...”. Já *guaçu*, normalmente registrado *guasú*, um formante muito produtivo na toponímia brasileira em geral, também de acordo com Teodoro Sampaio (1987, p. 235), na função de adjetivo, significa grande, grosso, largo, amplo. Assim, **Nhu-Guaçu** pode ser interpretado como *campo grande*.

Não encontramos registro de **Nhu-Verá** nas fontes lexicográficas pesquisadas, mas considerando a interpretação de cada um dos formantes em separado, teríamos o significado de *campo brilhante*. Convém mencionar que **Nhu-Verá** era o antigo nome de município de Coronel Sapucaia.

A característica de brilhante pode também neste caso estar associada à folha da erva-mate. No que diz respeito ao topônimo **Nhupeí**, a interpretação foi baseada, sobretudo em fontes orais, que traduzem o vocábulo como “campo com árvores baixas”.

Se considerarmos que a região em estudo, em termos de vegetação, abriga “os campos de Vacaria”, área “delimitada pelos municípios de Campo Grande, de Ponta Porã e de Dourados e inclui Rio Brilhante, Sidrolândia e Maracaju” e a área dos ervais “nos vales do Ivinhema, Brilhante e Dourados”, revestindo também “a Bacia do Amambá e a Serra de Maracaju, aparecendo na paisagem de matas tropicais ou em áreas de planícies, campos e cerrados, estes últimos conhecidos em Mato Grosso como *caatins*” (CORRÊA, 1999, p.25-26), novamente confirmamos a influência do ambiente físico na língua, nomeadamente na toponímia local.

Despertou-nos atenção também topônimos como **Laranjaí** (córregos em Antonio João, em Juti, em Naviraí e em Nova Andradina) e **Laranjazinho** (córrego em Nova Andradina), pela estrutura do topônimo que agrupa laranja e o sufixo -inho, que não têm etimologia indígena, e o formante “i”. Consoante ao já discutido

neste trabalho acerca desse formante e por analogia a outros topônimos formados com o elemento “i” do guarani, traduzimos **Laranjaí** como “o rio das laranjas”, embora não afastemos a hipótese de interpretá-lo como a “laranja pequena”.

Notamos a grande criatividade dos falantes que a uma unidade léxica como laranja, de origem árabe (HOUAISS, 2001), e já incorporada à língua portuguesa, acrescentam um formante de origem indígena para nomear a sua realidade. Mais interessante ainda é o processo de formação ocorrido em **Laranjazinho** – laranja + i + zinho – onde constatamos a presença de bases de origens árabe, tupi e portuguesa. Mario Arnaud Sampaio (1986, p. 114) registra “*naranjahái* – espécie de laranja silvestre e sem fruta”, que seria a forma corresponde na língua guarani. Convém esclarecer que, nos casos em que o elemento “i” figurar na posição final do topônimo, foi considerado também o conteúdo semântico do elemento a que ele se associou para fins de classificação toponímica, daí **Laranjaí** e **Laranjazinho** terem sido considerados, neste trabalho, como *fitotopônimos*.

Convém ressaltar que o fenômeno da mescla da cultura do indígena com a do homem não-índio se dá, sobretudo, pela situação de contato em que vivem os grupos. Nos municípios de Dourados e de Caarapó, por exemplo, existem atualmente aldeias que estão localizadas muito próximas ao perímetro urbano. Além disso, há que se considerar também que, por volta de 1884, quando a Companhia Mate Laranjeira ampliou suas atividades em função da descoberta de novos ervais na região, recrutou, para o trabalho nos ervais, índios não aldeados e paraguaios que passaram a trabalhar juntos nos ervais brasileiros. Esses povos deixaram sua marca impressa fortemente não só no léxico relacionado à erva-mate, mas também na toponímia local, seja na forte influência da língua indígena na nomeação de acidentes, seja na preservação de nomes já atribuídos pelos nativos antes da chegada do colonizador.

### **Considerações finais**

Se observarmos os designativos dos acidentes geográficos físicos ou humanos em todos os Estados brasileiros, constataremos que a herança da língua indígena está fortemente impressa na

nomenclatura geográfica. Todavia, consideramos aqui a grande incidência de nomes de base indígena, sobretudo guarani, como uma particularidade da região Sul do Estado de Mato Grosso do Sul, uma vez que outras pesquisas já concluídas também acerca da toponímia sul-mato-grossense – Schneider (2002), Dargel (2003), Gonsalves (2004), Tavares, M. C. (2005) – constataram que a presença da língua indígena no sistema toponímico de outras regiões do Estado é relativamente menor.

Tendo em vista a posição de Mato Grosso do Sul no cenário nacional em termos de concentração de populações indígenas, o fato de os municípios estudados por Tavares, M. (2004) abrigarem ainda um grande número de indígenas do grupo denominado Guarani/Kaiwá e considerando ainda a situação de fronteira das áreas investigadas com um país que tem o guarani como um dos idiomas oficiais, aventamos a hipótese de que a toponímia não ficaria indiferente a essa particularidade cultural, ao contrário, evidenciaria os reflexos da cultura indígena, o que foi confirmado por meio da análise dos topônimos, sobretudo em relação aos aspectos lingüísticos propriamente ditos. Além dessa questão lingüística, podemos mencionar aspectos econômicos – extração da erva-mate – cujo reflexo pode ser notado em alguns nomes.

Vale ressaltar também que, no total dos topônimos analisados por Tavares, M. (2004), a influência da língua indígena foi mais evidente nos topônimos de natureza física, principalmente nos que se referem a elementos da flora (*fitotopônimos*), da fauna (*zootopônimos*), do solo (*litotopônimos*) e das águas (*hidrotopônimos*). Assim, nesse conjunto de topônimos, vamos encontrar designativos como **Cafeporã**, **Ipezal** e **Perobão**, *fitotopônimos* que também foram formados com elementos de línguas distintas, além de topônimos classificados em outras categorias toponímicas, cuja formação só foi registrada nos municípios situados na fronteira com o Paraguai. Trata-se de nomes formados com a partícula *cuê* que, conforme Sampaio, T. (1987, p. 226), pode ser traduzido como “velho, antigo, o que já foi, o passado; velhaco, esperto, entendido” e, segundo Guasch e Ortiz (2001, p. 611), é “sufijo de pasado o de cosa separada de su propio sitio”, tradução também confirmada por Sampaio, M. (1986, p. 93): “kué” tem o sentido de “o que foi”. O uso desse elemento na formação de topônimos é uma

marca guarani bastante evidente entre os designativos da região estudada. Vejamos alguns exemplos: **Destino-Cuê** (AF – PA); **Felix-Cuê** (AF – ANG, DP); **Ladesina-Cuê** (AF – PP); **Leiva-Cuê** (AF – AM, CS, PA); **Pai-Cuê** (AF – CA, JU); **Alemão-Cuê** (AF – JP, SQ); **Vito-i-Cuê** (AF – MN); **Marcolina-Cuê** (AF – AM, IG); **Cole-Cuê** (AF – CA).

Dentre os elementos do mundo natural recuperados pela toponímia, a *flora* é, de maneira geral, a fonte que mais tem inspirado o homem – índio ou não-índio – no momento da nomeação de um acidente geográfico em todo o Estado. Por isso, além de *fitotopônimos* de base indígena, ao considerarmos todo o *corpus* da pesquisa, verificamos que há também uma quantidade significativa de designativos de base lusitana, como **Cedro** (AF de Aral Moreira), **Palma** (AF de Dourados), **Campo Alegre** (AF de Nova Alvorada do Sul), a exemplo da toponímia brasileira como um todo, estudada por Dick há mais de três décadas.

É importante admitir que o exame de signos lingüísticos de origem indígena em função toponímica requer cuidados especiais e merece ser aprofundado. As dificuldades com que o estudioso se defronta, no que tange à análise de muitos itens lexicais, justamente pela escassez e, em alguns casos, pela inexistência, de descrições mais amplas das línguas indígenas que possam subsidiar estudos no nível lexical, particularmente da toponímia de base indígena, apontam para a necessidade de pesquisas que contemplem a descrição e o estudo de línguas indígenas. O próprio Sampaio, T. (1987, p. 44), um dos grandes estudiosos da língua tupi no Brasil, já alertava que “os termos mais simples do idioma brasílico são suscetíveis de controvérsia e a língua mesma dá largas para isso”.

Frente ao exposto, acreditamos que um estudo como o aqui apresentado, se tiver fornecido uma contribuição, mesmo que modesta, para os estudos sobre toponímia indígena, provocando discussões a respeito do assunto, já terá cumprido o seu objetivo.

### Referências Bibliográficas

BUENO, Silveira. **Vocabulário tupi-guarani português**. São Paulo: Brasiliavros, 1982.

CABRAL, Paulo Eduardo. **Educação escolar indígena em Mato Grosso do Sul: algumas reflexões.** Campo Grande: AGIOSUL, 2002.

CAMPESTRINI, Hildebrando; GUIMARÃES, Acyr Vaz **História de Mato Grosso do Sul.** Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2002.

CORRÊA, Lúcia Salsa. **História e fronteira.** O Sul de Mato Grosso 1870-1920. Campo Grande: UCDB, 1999.

CUNHA, Antonio Geraldo da. **Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi.** São Paulo: Companhia Melhoramentos/Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

DARGEL, Ana Paula Tribesse Patrício. **Entre buritis e veredas: o desvendar da toponímia do Bolsão sul-mato-grossense.** 2003. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e Antroponímia no Brasil.** Coletânea de estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1992.

\_\_\_\_\_. **A motivação toponímica e a realidade brasileira.** Arquivo do Estado: São Paulo, 1990.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI, o dicionário da língua portuguesa.** 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GONSALVES, Doraci da Luz. **Um estudo da toponímia da porção sudoeste de Mato Grosso do Sul: acidentes físicos e humanos.** 2004. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas.

GUASCH, Antonio; ORTIZ, Diego. **Diccionario castellano-guarani; guarani-castellano.** 13. ed. Paraguay: Centro de Estudios Paraguayos “Antonio Guasch”. Asunción, Paraguay, 1998.

GUIRAUD, Pierre. **A semântica.** 4. ed. Trad. e adapt. Maria Elisa Mascarenhas. São Paulo: DIFEL, 1986.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MARTINS, Gilson Rodolfo. **Breve painel etno-histórico de Mato Grosso do Sul**. 2. ed. ampl. e revis. Campo Grande: Ed. UFMS, 2002.

SAMPAIO, Mário Arnaud. **Vocabulário guarani português**. Porto Alegre: L&PM, 1986.

SAMPAIO, Teodoro. **O tupi na geografia nacional**. 5. ed. São Paulo: Editora Nacional/Brasília, DF/INL, 1987.

SCHNEIDER, Marlene. **Um olhar sobre os caminhos do pantanal sul-mato-grossense**: a toponímia dos acidentes físicos. 2002. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas.

TAVARES, Marilze. **Toponímia sul-mato-grossense**: um caminhar pelas microrregiões de Dourados, de Iguatemi e de Nova Andradina. 2004. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas.

TAVARES, Marineide Cassuci. **Estudo toponímico da região centro-norte de Mato Grosso do Sul**: o desvendar de uma história. 2005. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas.